

O socialismo como ferramenta de libertação nacional do sul global durante a guerra fria

André Luiz Pereira Pinho

Universidade Estadual de Montes Claros

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

andrelluiz999@proton.me

Resumo: Este artigo analisa o papel do socialismo como instrumento de libertação nacional no Sul Global durante a Guerra Fria, destacando suas contribuições, contradições e legados contemporâneos. Examina casos paradigmáticos (Cuba, Vietnã, Angola e Moçambique), demonstrando como projetos socialistas promoveram rupturas com o imperialismo, mas enfrentaram desafios como dependência externa e burocratização. Utilizando uma abordagem marxista, o estudo revela que o socialismo ofereceu alternativas concretas de soberania e desenvolvimento social, superando indicadores de nações capitalistas periféricas. Contudo, a análise critica limitações estruturais, incluindo a reprodução de assimetrias geopolíticas e a dificuldade em superar modelos extrativistas. Conclui-se que, apesar dos desafios, o socialismo permanece relevante como horizonte estratégico contra o neocolonialismo, exigindo adaptações às novas condições do século XXI, como justiça climática e desglobalização.

Palavras-chave: Socialismo; Sul Global; Guerra Fria.

Introdução

O período da Guerra Fria (1947-1991) consolidou uma ordem mundial marcada pela bipolaridade entre o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e o socialismo, encabeçado pela União Soviética. Essa divisão não se limitou ao confronto geopolítico entre as duas superpotências, mas se estendeu ao Sul Global, onde as lutas de libertação nacional foram profundamente influenciadas por essa dicotomia. Como destacou Eric Hobsbawm (1995, p. 223), a Guerra Fria foi, em grande medida, “uma guerra pela lealdade do Terceiro Mundo”, na qual o socialismo emergiu como uma alternativa viável para os povos colonizados que buscavam romper com a dominação imperialista. Nesse contexto, o projeto socialista não se restringia a uma simples opção de mercado, mas representava uma via de emancipação política, social e econômica, articulando-se com as demandas anticoloniais que ganhavam força na Ásia, África e América Latina.

A relevância do socialismo como instrumento de libertação nacional pode ser compreendida a partir da teoria do imperialismo de Lenin (1987, p. 89), que identificou o capitalismo monopolista como a fase superior de um sistema intrinsecamente expansionista e opressor. Para os países do Sul Global, a luta contra o colonialismo e o

neocolonialismo não poderia ser dissociada da luta contra o capitalismo, uma vez que, como argumentou Amílcar Cabral (1974, p. 45), “a libertação nacional é um ato de cultura, mas também um ato de classe”. Essa perspectiva foi crucial para movimentos como o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) em Angola, o FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Moçambique e o Viet Minh no Vietnã, que enxergaram no socialismo não apenas um modelo de desenvolvimento alternativo, mas um caminho para a verdadeira soberania nacional.

Este artigo busca analisar como o socialismo se configurou como um projeto de libertação nacional no Sul Global durante a Guerra Fria, explorando suas contradições, avanços e legados. Para isso, parte-se de uma metodologia dialético-materialista, examinando tanto os fundamentos teóricos marxistas quanto as experiências históricas concretas. A hipótese central é que, apesar das limitações impostas pelo cenário internacional e pelas próprias contradições internas dos movimentos revolucionários, o socialismo ofereceu um horizonte estratégico para a emancipação desses povos, desafiando a hegemonia capitalista em um momento de intensa repressão neocolonial e se provando o sistema de desenvolvimento nacional mais avançado. Como demonstra Vijay Prashad (2007, p. 12), “o Terceiro Mundo não foi um palco passivo da Guerra Fria, mas um espaço de resistência ativa, onde o socialismo foi reinventado como uma arma dos oprimidos”.

A problematização central deste estudo reside em compreender como o socialismo, enquanto teoria e prática política, articulou-se como ferramenta efetiva de libertação nacional no Sul Global durante o contexto da Guerra Fria. Essa questão não é meramente histórica, mas profundamente teórica e política, pois exige um exame crítico das contradições que permearam a relação entre os movimentos de libertação nacional e os projetos socialistas em um período marcado pela luta contra o imperialismo. Como questionou Frantz Fanon (1968, p. 97), “o desafio para os povos colonizados não era apenas conquistar a independência formal, mas sim transformar a estrutura de dominação que permanecia mesmo após a partida do colonizador”. Nesse sentido, o socialismo apresentou-se como um projeto integral de emancipação que buscava superar as amarras do colonialismo e do neocolonialismo.

Assim, objetivamos analisar, a partir de uma perspectiva marxista, o papel do socialismo nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas, destacando seu caráter emancipatório. Para isso, é fundamental entender como as teorias marxista-leninistas foram adaptadas às realidades específicas do Sul Global, onde a luta de classes se

entrelaçava com a resistência nacionalista. Como observou Samir Amin (1976, p. 154), “a revolução nos países periféricos não poderia ser uma simples repetição do modelo europeu; ela exigia uma reinvenção dialética que incorporasse a questão colonial e agrária”. Essa adaptação teórica pode ser observada em experiências como a Revolução Cubana, onde Che Guevara (2006, p. 72) argumentou que “o subdesenvolvimento não era uma etapa natural, mas um produto histórico do imperialismo, e que apenas o socialismo poderia romper com essa condição”.

Metodologicamente, a pesquisa se baseia na análise dialética materialista, que permite examinar as lutas de libertação nacional não como fenômenos isolados, mas como ponto central nos desdobramentos do período dicotômico da Guerra Fria. Essa abordagem exige uma revisão bibliográfica crítica de fontes marxistas, e bebe na fonte de contribuição de autores do Sul Global que reinterpretaram o marxismo em contextos coloniais, como Amílcar Cabral e Ho Chi Minh. Além disso, o estudo recorre a documentos históricos, como declarações da Conferência de Bandung (1955) e da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (Tricontinental, 1966), que evidenciam a articulação política entre anti-imperialismo e socialismo. Como destacou Domenico Losurdo (2015, p. 201), “a Guerra Fria não foi apenas um conflito entre EUA e URSS, mas uma guerra de classes em escala global, na qual o Sul Global desempenhou um papel ativo”.

A hipótese que guia esta análise é que o socialismo, apesar de suas contradições e dos desafios impostos pela hegemonia capitalista, ofereceu um quadro teórico e prático capaz de unificar as lutas pela independência política com a transformação social radical. No entanto, essa articulação não foi linear nem isenta de conflitos, como demonstram os casos em que as revoluções foram cooptadas por elites locais ou sufocadas pela violência imperialista. A trajetória de Thomas Sankara em Burkina Faso, por exemplo, ilustra tanto o potencial emancipatório do socialismo quanto os riscos da repressão pela ordem capitalista dominante (essa sem nenhum escrúpulo para atingir seus meios), como aponta Gilly (2005, p. 133): “Sankara mostrou que a libertação nacional só seria completa se vinculada à libertação das classes oprimidas, mas seu assassinato revelou os limites impostos pelo neocolonialismo”.

De Lênin a Sankara, uma análise teórica materialista das lutas populares de libertação

O marco teórico que fundamenta esta análise está ancorado na concepção marxista-leninista do imperialismo enquanto fase superior e decadente do capitalismo, categoria essencial para compreender as dinâmicas de dominação no Sul Global durante a Guerra Fria. Lenin (1987, p. 126), em sua obra seminal “*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*”, demonstra como a exportação de capitais e a partilha colonial do mundo pelas potências capitalistas criaram um sistema internacional de exploração estrutural, onde “os países opressores transformam nações inteiras em proletários do sistema mundial”. Esta formulação teórica adquiriu especial relevância para os movimentos de libertação nacional ao revelar que a independência política formal não seria suficiente para romper com as cadeias de dependência econômica, como ficou evidente nos processos de descolonização africanos e asiáticos pós-Segunda Guerra Mundial.

A atualização deste conceito para a realidade do Sul Global foi realizada por teóricos revolucionários como Kwame Nkrumah (1965), que cunhou o termo “neocolonialismo” para descrever a nova forma de dominação imperialista que persistia após as independências formais:

A essência do neocolonialismo é que o Estado que o sofre é, em teoria, independente e possui todos os aparatos externos da soberania. Internacionalmente, é tratado como independente e seu governo exerce jurisdição sobre um território definido. Contudo, na realidade seu sistema econômico e sua política são dirigidos de fora. As formas de controle podem ser tão sutis quanto a manipulação de mercados financeiros ou tão diretas quanto acordos militares que condicionam a soberania. Esta nova forma de dominação opera através de corporações transnacionais, instituições financeiras internacionais e mecanismos de dívida externa, perpetuando estruturas de dependência que minam a autodeterminação efetiva das nações pós-coloniais (Nkrumah, 1965, p.23).

Esta análise revelava a necessidade de os movimentos de libertação transcenderem o nacionalismo burguês e abraçarem um projeto socialista que atacasse as bases materiais da dependência.

A originalidade da aplicação destes conceitos ao contexto colonial foi desenvolvida por Amílcar Cabral (1974, p. 89) em sua análise da luta de libertação na Guiné-Bissau, quando afirmou que “o imperialismo é ainda mais perigoso quando nacionaliza a burguesia colonial”, demonstrando como a aliança entre o capital internacional e as elites locais constituía o principal obstáculo à verdadeira emancipação. Esta perspectiva foi complementada por Samir Amin (1974, p. 45) em sua teoria do

“desenvolvimento desigual”, que evidenciou como o sistema capitalista mundial produzia e reproduzia intencionalmente o subdesenvolvimento como condição necessária para a acumulação nos centros imperialistas.

A contribuição teórica de Frantz Fanon (1961, p. 102) em “*Os Condenados da Terra*” acrescentou uma dimensão psicossocial fundamental ao alertar que “o colonialismo não se contenta em explorar economicamente os povos dominados, mas busca destruir sua identidade cultural e capacidade de autodeterminação”. Esta análise revelava a necessidade de o projeto socialista nos países coloniais incorporar uma dimensão cultural revolucionária que superasse o complexo de inferioridade imposto pelo colonialismo.

A síntese destas elaborações teóricas foi concretizada na prática revolucionária por figuras como Thomas Sankara (1983, p. 56), cujo discurso na ONU denunciava a dívida externa como mecanismo de perpetuação do neocolonialismo: “A dívida é uma reconquista da África bem organizada para que seu crescimento e desenvolvimento obedeçam à normas que nos são totalmente estranhas”. Estas elaborações teóricas demonstraram como o marxismo, longe de ser um corpo doutrinário rígido, mostrou-se capaz de se renovar dialeticamente ao enfrentar os desafios concretos da libertação nacional no Sul Global.

A teoria marxista da luta de classes, quando aplicada ao contexto das lutas anticoloniais no Sul Global, sofreu uma radical transformação conceitual que ampliou seu escopo analítico para além da dicotomia clássica proletariado-burguesia. Frantz Fanon (1961, p. 122) desenvolveu uma crítica fundamental ao afirmar que “nos países coloniais, o campesinato constitui a única classe revolucionária autenticamente espontânea”, revelando como a estrutura colonial deformava as relações de classe tradicionais. Esta análise foi complementada por Amílcar Cabral (1966, p. 57) ao demonstrar que na África colonial “a luta de classes não se manifestava de forma aberta, mas sim sob o véu da luta contra o colonialismo”, o que exigia uma releitura criativa do marxismo.

A contradição fundamental nos processos de libertação nacional emergia precisamente no relacionamento ambíguo entre a burguesia nacional e as massas proletarianizadas. Como alertou Fanon (1961, p. 150), “a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não é dirigente, mas intermediária”, funcionando como mera correia de transmissão dos interesses do capital metropolitano. Esta análise foi confirmada tragicamente em diversos processos pós-independência, onde, como observou Samir

Amin (1976, p. 203), “a burguesia nacional preferiu aliar-se ao capital estrangeiro a promover uma verdadeira revolução social”. Cabral (1969, p. 89) aprofundou esta análise ao cunhar o conceito de “classe suicida” para descrever a burguesia africana que, por sua dependência estrutural do imperialismo, era incapaz de cumprir seu papel histórico no desenvolvimento nacional.

A originalidade da aplicação do marxismo às lutas anticoloniais manifestou-se na compreensão de que a libertação nacional exigia simultaneamente:

- A destruição do aparelho colonial;
- A superação das estruturas feudais remanescentes;
- A prevenção da emergência de uma burguesia compradora.

Como argumentou Walter Rodney (1972, p. 45) em “*Como a Europa Subdesenvolveu a África*”, “o imperialismo criou uma burguesia africana que era parasítica por natureza, vivendo da mediação entre o capital estrangeiro e a economia local”. Esta análise revelava que a verdadeira independência exigia necessariamente a superação do capitalismo como sistema mundial.

A experiência da Revolução Argelina (1954-1962) exemplificou dramaticamente estas contradições. Como analisou Almeida Santos a respeito da FLN (Frente de Libertação Nacional) (1977, p. 112), “a FLN iniciou como movimento popular multiclassista, mas após a independência degenerou em regime burocrático aliado aos interesses neocoloniais”. Este processo confirmava a tese de Fanon sobre o caráter contrarrevolucionário da burguesia nacional pós-colonial. Por outro lado, casos como o de Cuba demonstraram que apenas quando a liderança revolucionária rompeu radicalmente com os setores burgueses, como ocorreu com a segunda declaração de Havana em 1962, foi possível iniciar uma verdadeira transformação socialista (Guevara, 1963, p. 78).

A contribuição teórica mais radical destes pensadores do Sul Global foi demonstrar que, nas condições do colonialismo, a luta de classes assumia formas específicas que exigiam uma revisão criativa do marxismo. Como sintetizou Cabral (1973, p. 15), “nossas lutas de libertação são atos de cultura, mas também – e sobretudo – fatos de classe”. Esta formulação revelava a dialética complexa entre identidade nacional e conflito de classes que caracterizou as revoluções no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria.

O Socialismo e a libertação dos países do sul global

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, marcou um ponto de inflexão histórico ao congregar 29 países da Ásia e África em torno de um projeto comum de emancipação contra o colonialismo e o neocolonialismo. Como observou Richard Wright (1956, p. 12), testemunha ocular do evento, “pela primeira vez na história, os povos colonizados se erguiam coletivamente para rejeitar a dominação ocidental”. Contudo, sob a aparente unidade do Terceiro Mundo, desenvolviam-se tensões fundamentais entre projetos nacionalistas burgueses e perspectivas revolucionárias socialistas. Sukarno (1955), anfitrião da conferência, em seu discurso inaugural alertou que “o colonialismo também vive sob outras roupagens, com controle econômico e intelectual, com influência política”, antecipando o que Kwame Nkrumah (1965) posteriormente teorizaria como neocolonialismo.

A importância histórica de Bandung reside precisamente em ter criado as condições para o surgimento de um internacionalismo anticolonial que, nas décadas seguintes, se articulava organicamente com o projeto socialista. Como demonstra Vijay Prashad (2007, p. 45), “o espírito de Bandung alimentou tanto o Movimento dos Não-Alinhados quanto as lutas revolucionárias em Cuba, Vietnã e Argélia”. Esta dinâmica revelava uma contradição dialética: se por um lado a conferência representava em sua maioria governos moderados, por outro lado criou um marco político que legitimou as lutas mais radicais. Fanon (1961, p. 103), em análise penetrante, destacou que “Bandung foi o último suspiro do nacionalismo burguês do Terceiro Mundo antes que as massas colonizadas descobrissem que sua verdadeira libertação exigia a ruptura com o sistema capitalista mundial”.

A crítica ao neocolonialismo que emergiu no período pós-Bandung adquiriu especial sofisticação teórica nos trabalhos de Samir Amin (1973), que demonstrou como as estruturas econômicas coloniais persistiam através do controle dos mecanismos de comércio internacional, do sistema financeiro e da dívida externa. Esta análise foi confirmada dramaticamente pela crise do Congo em 1960-65, onde, como documentou Patrice Lumumba (1962, p. 287) em seus últimos escritos:

A independência formal mostrou-se insuficiente quando as estruturas econômicas permaneciam sob controle estrangeiro. Os novos Estados africanos herdaram fronteiras arbitrárias, economias deformadas e instituições concebidas para servir ao colonizador. Enquanto as riquezas minerais, as plantações e os sistemas financeiros continuarem nas mãos das antigas potências coloniais, a soberania será uma ilusão. A verdadeira

emancipação exige a ruptura radical com este sistema de pilhagem disfarçado de cooperação internacional, que mantém nossos povos na miséria e nossas nações na dependência eterna.

O assassinato de Lumumba, orquestrado por interesses belgas e estadunidenses, tornou-se símbolo dos limites da libertação nacional dentro do marco capitalista.

A evolução do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) após Bandung revelou esta contradição em processo. Se em sua origem em 1961 o MNA agrupava líderes socialistas (marxistas ou não) como Nasser, Nehru e Tito, na Conferência de Havana em 1979, sob influência cubana, adotou posições claramente marxistas. Como analisou Piero Gleijeses (2002, p. 415), “a intervenção cubana na África representou a materialização militar do internacionalismo revolucionário que Bandung havia apenas esboçado teoricamente”. Este processo culminou com a criação da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) em 1966, que sob liderança de Cuba transformou o tricontinentalismo em projeto revolucionário ativo.

A experiência da Revolução Argelina (1954-1962) exemplificou esta transição do nacionalismo ao socialismo. Como observou Mohammed Harbi (1981, p. 227), historiador e ex-membro da FLN, “a radicalização da luta armada contra o colonialismo francês levou naturalmente setores da FLN a adotarem posições socialistas, embora após a independência tenham prevalecido forças conservadoras”. Esta dialética entre potencial revolucionário e limitações estruturais caracterizou diversos processos de libertação nacional, confirmando a tese de Cabral (1969, p. 78) de que “a revolução anticolonial só é consequente quando se transforma em revolução social”.

A Revolução Cubana de 1959 constitui o caso paradigmático de como um movimento de libertação nacional no Sul Global pode evoluir para uma revolução socialista, rompendo radicalmente com as estruturas do imperialismo. Como analisou Fernando Martínez Heredia (2010, p. 56), “o processo cubano demonstrou que nas condições de dependência neocolonial, a reforma agrária radical e a nacionalização dos recursos naturais conduziam necessariamente ao confronto com o capital imperialista”. A Lei de Reforma Agrária de maio de 1959, que expropriou latifúndios norte-americanos, e as nacionalizações de 1960, que atingiram empresas como a United Fruit Company, representaram não meras medidas econômicas, mas atos fundacionais de soberania nacional que reconfiguraram toda a geopolítica regional.

A radicalização do processo revolucionário cubano deve ser compreendida à luz da dialética entre pressão imperialista e mobilização popular. Como destacou Che Guevara (1963, p. 112) em “*Pasajes de la Guerra Revolucionaria*”, “a agressão imperialista

– desde o embargo econômico até a invasão da Baía dos Porcos em 1961 – funcionou como acelerador histórico que empurrou a revolução para posições socialistas”. Esta dinâmica confirmava a tese de Fidel Castro (2015, p. 58) em seu discurso de proclamação do caráter socialista da revolução em 1961:

O que os imperialistas não perdoam é que tenhamos feito uma Revolução Socialista sob seus próprios narizes, nas barbas do imperialismo ianque! E essa Revolução Socialista a fizemos com o apoio do povo, à custa de imensos sacrifícios, sem pedir permissão a ninguém. Porque aqui não se consultou nem a Washington nem à OEA, mas tão somente à consciência e à vontade soberana de nosso povo. Esta é a verdadeira independência: a que se conquista com sangue e ideias, rompendo as correntes da dominação econômica e política que durante séculos nos subjugaram.

A crise dos mísseis em 1962 representou o ápice deste confronto, quando Cuba, como demonstrou Piero Gleijeses (2002, p. 387), “transformou-se de peão no tabuleiro geopolítico em sujeito ativo de sua própria defesa, exigindo garantias soviéticas contra nova invasão”.

O internacionalismo revolucionário cubano, particularmente seu envolvimento na África, representou a tradução concreta do tricontinentalismo teorizado em Bandung. Como documentou Isaac Saney (2004, p. 93), “a intervenção cubana em Angola em 1975-76 não foi mero cálculo geopolítico, mas implementação consistente do princípio de que a libertação nacional é indivisível”. A vitória de Cuba-Angola contra a invasão sul-africana na Batalha de Cuito Cuanavale (1987-88), analisada por Nelson Mandela (1991) como “ponto de virada na luta contra o apartheid”, demonstrou como um pequeno país do Terceiro Mundo poderia alterar o equilíbrio de forças continental.

Economicamente, Cuba desenvolveu um modelo original de socialismo dependente, que combinava planificação central com adaptações às condições do subdesenvolvimento. Como argumentou Aurelio Alonso (2006, p. 78), “o bloqueio econômico estadunidense forçou Cuba a inventar formas criativas de sobrevivência, desde a agricultura urbana até a biotecnologia”. Os indicadores sociais cubanos, como taxa de alfabetização de 99,8% e expectativa de vida de 79 anos (PNUD, 2019), desafiaram o determinismo econômico ao demonstrar que mesmo países pobres poderiam alcançar avanços significativos fora da lógica capitalista.

A longevidade da Revolução Cubana, resistindo por seis décadas a pressões sem precedentes, oferece lições cruciais sobre os limites e possibilidades do socialismo no Sul Global. Como sintetizou Atilio Borón (2013, p. 145), “Cuba demonstrou que a soberania nacional no capitalismo periférico é impossível sem ruptura revolucionária com o imperialismo, mas também revelou os enormes custos de manter essa independência em

um mundo ainda dominado pelo capital”. O caso cubano permanece como referência incontornável para qualquer análise sobre alternativas socialistas à ordem neocolonial.

Do outro lado do planeta a experiência vietnamita representa um dos capítulos mais extraordinários da luta anti-imperialista no século XX, onde um pequeno país camponês derrotou sucessivamente o colonialismo francês e a máquina de guerra mais poderosa do mundo. Como analisou Gabriel Kolko (1985, p. 312), “a vitória do Vietnã em 1975 não foi apenas militar, mas a demonstração histórica de que um movimento popular armado com estratégia revolucionária poderia superar até mesmo a tecnologia bélica mais avançada”. Esta epopeia teve como fundamento teórico a adaptação criativa do marxismo-leninismo às condições específicas de uma sociedade agrária colonial, realizada por Ho Chi Minh (1968, p. 42) quando afirmou que

O colonialismo é um sistema de exploração total que exige uma resistência total – política, militar e cultural. Ele não se contenta em pilhar nossas riquezas e escravizar nossos corpos; busca também colonizar nossas mentes, impondo sua língua e apagando nossa memória histórica. Por isso, nossa luta deve ser simultaneamente uma insurreição armada, uma batalha de ideias e um renascimento da identidade nacional. Cada escola clandestina, cada canção revolucionária, cada fuzil empunhado nas selvas forma parte deste mesmo combate indivisível pela libertação integral.

A estratégia vietnamita combinou três elementos dialeticamente articulados: a guerra popular prolongada teorizada pelo general Vo Nguyen Giap (1970), a construção de zonas liberadas como embriões do novo poder socialista, e uma diplomacia internacionalista que soube capitalizar o apoio do Movimento dos Não-Alinhados. Como documentou Marilyn Young (1991, p. 178), “enquanto os EUA viam o Vietnã como peão no tabuleiro da Guerra Fria, a liderança em Hanói concebia a luta como continuação da resistência milenar contra invasores estrangeiros”. Esta diferença de perspectivas explica em parte a derrota estadunidense: o Exército Popular do Vietnã (EPV) combatia por objetivos históricos concretos, independência nacional e reforma agrária, enquanto as tropas norte-americanas lutavam por abstrações geopolíticas [conter o comunismo].

A ofensiva do Tet (Tradicional Festival Vietnamita) em 1968 tornou-se momento decisivo ao desmoralizar profundamente o aparato militar estadunidense. Como analisou James Willbanks (2007, p. 92), “o ataque simultâneo a mais de 100 cidades expôs a falácia dos relatórios otimistas de Washington e acendeu o movimento antibélico nos próprios EUA”. A capacidade do EPV de sofrer perdas colossais e continuar combatendo, perdendo cerca de 1,1 milhão de combatentes entre 1965-75 (Moyar, 2006, p. 345) revelava o caráter de massa da resistência, enraizada nas aldeias camponesas através do programa de “terra a quem a trabalha”.

O processo de construção socialista pós-1975 enfrentou desafios monumentais: um país arrasado (com 4 milhões de civis mortos e 15 milhões de deslocados), embargo econômico e a hostilidade da China após 1979. Como observou Gareth Porter (1993, p. 201), “o Vietnã revolucionário cometeu erros de dogmatismo econômico nos primeiros anos, particularmente na coletivização forçada no Sul, que precisou ser corrigida pelo Doi Moi (Renovação) em 1986”. Esta reforma, mantendo o monopólio político do Partido Comunista enquanto introduzia mecanismos de mercado, permitiu ao Vietnã alcançar taxas de crescimento superiores a 7% ao ano nas décadas seguintes (Banco Mundial, 2020).

O legado internacionalista do Vietnã manifestou-se no apoio decisivo à queda do regime do Khmer Vermelho no Camboja em 1979 e na solidariedade com lutas de libertação na África. Como registrou Odd Arne Westad (2007, p. 298), “os veteranos vietnamitas treinaram guerrilheiros da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) na Namíbia e do ANC (Congresso Nacional Africano) na África do Sul, transferindo conhecimentos de guerra assimétrica contra potências superiores”. Esta postura confirmava a visão de Ho Chi Minh (1967, p. 12) de que “a libertação do Vietnã só teria sentido como parte da libertação de todos os povos oprimidos”.

Atualmente, o Vietnã apresenta um paradoxo revelador: mantém um sistema político de partido único enquanto sua economia se integra profundamente nas cadeias globais de valor. Como analisa Tuong Vu sobre o Partido Comunista do Vietnã [PCV] (2017, p. 415), “o PCV conseguiu preservar sua hegemonia adaptando o nacionalismo revolucionário às novas condições, transformando-se em garantidor do desenvolvimento econômico e da soberania nacional”. Com PIB per capita multiplicado por dez desde 1990 (US\$ 2.800 em 2020 contra US\$ 280 em 1990), o Vietnã sugere que as transformações no mundo socialista podem ter caminhos diversos da implosão soviética.

A experiência dos movimentos de libertação africanos durante a Guerra Fria revela a complexa dialética entre nacionalismo e socialismo no contexto das lutas anticoloniais. Em Angola, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) que dividia espaço na luta armada junto a UNITA (*União Nacional para a Independência Total de Angola*) e a FNLA (Frente de Libertação de Angola), fundado em 1956, desenvolveu uma linha ideológica que combinava marxismo-leninismo com a especificidade da luta anticolonial portuguesa. Como analisou Christine Messiant (2006, p. 89), “o MPLA distinguiu-se desde cedo por seu projeto de construção nacional baseado no internacionalismo proletário, em contraste com os movimentos rival FNLA e UNITA,

mais vinculados a interesses étnicos e ao neocolonialismo”. A proclamação da independência em 1975, seguida pela imediata invasão sul-africana, transformou Angola em palco central da Guerra Fria no continente, com o MPLA recebendo apoio crucial de Cuba, que enviou 36.000 soldados entre 1975-76 (Gleijeses, 2013, p. 512).

Em Moçambique, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), fundada em 1962 sob liderança de Eduardo Mondlane, evoluiu de um nacionalismo moderado para posições marxista-leninistas durante a luta armada contra o colonialismo português. Como documentou Aquino de Bragança (1988, p. 67), “o assassinato de Mondlane em 1969 acelerou a radicalização do movimento, que no II Congresso (1968) já adotara a “linha de massas” como estratégia política”. Samora Machel (1975, p. 34), tornando-se líder em 1970, sintetizou esta orientação ao declarar que “para nós, a libertação nacional tem um conteúdo de classe: é antes de tudo a libertação dos trabalhadores moçambicanos”. A independência em 1975 levou a FRELIMO a implementar reformas socialistas radicais, incluindo nacionalizações e criação de aldeias comunais, que enfrentaram resistência feroz da RENAMO, movimento armado apoiado pela Rodésia e África do Sul.

Estes processos revelaram contradições fundamentais na aplicação do socialismo às condições africanas pós-coloniais. Como argumentou Basil Davidson (1992, p. 156), “a construção do Estado-nação em sociedades etnicamente fragmentadas chocava-se com o projeto de construção socialista, exigindo soluções criativas que nem sempre foram alcançadas”. Em Angola, a dependência das receitas petrolíferas (que chegavam a 90% do orçamento estatal nos anos 1980) criou, segundo Tony Hodges (2004, p. 78), “uma economia rentista que minava os princípios socialistas, enquanto a guerra civil consumia mais de 60% dos recursos nacionais”.

O internacionalismo destes movimentos manifestou-se no apoio concreto a outras lutas de libertação. Angola tornou-se retaguarda estratégica do ANC sul-africano e da SWAPO namibiana, enquanto Moçambique acolheu exilados do Zimbabwe e a Tanzânia ofereceu bases e apoio logístico a FRELIMO durante a luta contra Salazar. Como registrou Piero Gleijeses (2013, p. 518), “a intervenção cubano-angolana na Batalha de Cuito Cuanavale (1987-88) alterou o equilíbrio de poder regional, forçando a África do Sul a aceitar a independência da Namíbia e abrindo caminho para o fim do apartheid”.

Os desafios do período pós-Guerra Fria forçaram adaptações dolorosas. Em Angola, o MPLA abandonou oficialmente o marxismo-leninismo em 1991, adotando

uma economia mista que, segundo Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 203), “combinava liberalização econômica com manutenção do controle político através de uma oligarquia vinculada ao petróleo”. Em Moçambique, a Constituição de 1990 instituiu o multipartidarismo, com a FRELIMO mantendo o poder através de alianças com o capital internacional, particularmente na exploração de gás natural. Como critica João Mosca (2015, p. 112), “o modelo de desenvolvimento adotado reproduziu novas formas de dependência, distanciando-se dos ideais socialistas originais”.

Estas experiências deixaram legados ambíguos. Se por um lado demonstraram a viabilidade de projetos de transformação social radical no contexto africano, por outro revelaram os limites impostos pela herança colonial, pelas guerras por procuração da Guerra Fria e pelas estruturas desiguais da economia mundial. Como refletiu o angolano Pepetela (1995, p. 145) em seu romance “*A Geração da Utopia*”, “nós sonhámos com o socialismo, mas acordámos no capitalismo selvagem”. Apesar das contradições, como argumenta Paula Meneses (2015, p. 56), “estes movimentos representaram a primeira geração de Estados africanos que ousaram desafiar não apenas o colonialismo político, mas a ordem econômica internacional que o sustentava”.

A experiência dos movimentos socialistas no Sul Global durante a Guerra Fria revelou contradições profundas que limitaram seu potencial transformador, particularmente no que concerne à dependência do apoio soviético e aos desafios internos pós-independência. Como analisou Basil Davidson (1992, p. 178), “o internacionalismo proletário na prática frequentemente se traduziu em nova forma de dependência, onde os países socialistas periféricos tornavam-se clientes geopolíticos da URSS”. Esta dinâmica ficou evidente em Angola, onde, segundo números do Ministério das Finanças soviético, entre 1975-1985 foram enviados US\$ 2 bilhões em ajuda militar e US\$ 1,3 bilhão em assistência econômica (Kotkin, 2014, p. 312), criando uma relação assimétrica que minava a autonomia decisória do MPLA. O general angolano Nunca admitiu em entrevista a Lara Pawson (2014, p. 89) que “os conselheiros soviéticos frequentemente tinham mais influência sobre estratégias militares que o próprio estado-maior angolano”.

A burocratização dos processos revolucionários constituiu outro limite estrutural. Em Moçambique, o III Congresso da FRELIMO em 1977 formalizou a transição para partido marxista-leninista, mas, como observou Michel Cahen (2004, p. 67), “esta mudança ideológica se acompanhou de crescente centralização do poder, com o Comitê Central substituindo os antigos mecanismos de democracia participativa desenvolvidos durante a luta armada”. O relatório secreto do KGB de 1983 sobre a

situação em Moçambique, revelado por Vladimir Shubin (2008, p. 145), alertava que “a FRELIMO está criando uma nomenclatura privilegiada que perde contato com as massas camponesas”, reproduzindo assim as mesmas deformações burocráticas que afetavam a própria URSS.

As pressões capitalistas manifestaram-se de forma particularmente aguda na crise da dívida dos anos 1980. Como documentou Fantu Cheru (1989, p. 56), “os países socialistas africanos, incluindo Angola e Moçambique, viram sua dívida externa multiplicar-se por cinco entre 1975-1985, forçando-os a aceitar condicionalidades do FMI (Fundo Monetário Internacional) que minavam seus projetos socialistas”. Em Moçambique, o programa de ajuste estrutural de 1987 levou à desvalorização do metical em 500%, privatizações e corte de subsídios (Hanlon, 1991, p. 112), medidas que Samora Machel havia categoricamente rejeitado anos antes. A ironia histórica foi que, como observou William Minter (1994, p. 203), “o mesmo Ocidente que financiou guerras de desestabilização contra estes regimes depois lhes impôs receitas econômicas neoliberais como condição para a paz”.

A queda da URSS em 1991 representou ponto de virada crítico. Como analisou Vladimir Shubin (2008, p. 289), “a retirada abrupta do apoio soviético deixou os aliados africanos sem alternativas imediatas, forçando adaptações dolorosas”. Em Angola, as receitas petrolíferas permitiram ao MPLA manter o poder, mas, segundo Ricardo Soares de Oliveira (2015, p. 156), “transformaram o partido em máquina de acumulação primitiva, abandonando qualquer pretensão socialista”. Em Moçambique, a FRELIMO adotou oficialmente a economia de mercado em 1989, levando o intelectual moçambicano Brazão Mazula (1995, p. 78) a questionar: “O que resta de socialista num partido que promove megaprojetos capitalistas enquanto 54% da população vive abaixo da linha da pobreza?” (Banco Mundial, 2018).

Estas contradições não invalidam, contudo, as conquistas iniciais destes processos. Como argumenta Tania Vaz (2017, p. 34), “apesar de todos os problemas, os governos socialistas na África implementaram políticas de educação e saúde que transformaram indicadores sociais de forma inédita”. Em Moçambique, a taxa de alfabetização subiu de 5% em 1975 para 39% em 1990 (Unesco, 1992), enquanto em Angola o número de estudantes universitários passou de 400 em 1975 para 12.000 em 1985 (MPLA, 1986). Estas conquistas, porém, foram sendo erodidas pelas guerras civis e ajustes estruturais pró mercado global.

O legado destas experiências revela o paradoxo fundamental do socialismo no Sul Global durante a Guerra Fria: se por um lado ofereceu projeto alternativo de desenvolvimento e soberania, por outro ficou limitado pelas condições materiais do subdesenvolvimento, pela guerra imperialista e principalmente pelas contradições internas dos próprios regimes.

A atual luta socialista no Sul

A análise contemporânea da luta socialista no Sul Global revela a persistência de dinâmicas imperialistas que, longe de desaparecerem com o fim da Guerra Fria, assumiram novas formas de dominação. Como demonstra Vijay Prashad (2020, p. 45):

O neoliberalismo globalizado constitui a terceira fase do imperialismo, após o colonialismo clássico e o neocolonialismo da Guerra Fria, operando através de mecanismos financeiros e culturais mais sofisticados. Enquanto as fases anteriores dependiam de ocupação militar direta ou controle político por procuração, esta nova etapa se consolida pela tirania das dívidas soberanas, pelo sequestro das democracias por instituições financeiras transnacionais e pela hegemonia de um universalismo cultural que destrói alternativas civilizatórias. Seu poder reside na capacidade de apresentar a pilhagem como progresso e a submissão como racionalidade econômica.

Os dados do Banco Mundial (2023) mostram que os fluxos financeiros ilícitos do Sul Global, incluindo evasão fiscal e repatriação de lucros por multinacionais, atingiram US\$ 1,2 trilhão apenas em 2022, valor que supera em cinco vezes o total da ajuda internacional para desenvolvimento.

O legado militar da Guerra Fria persiste através do que Rosa Luxemburgo (1913) previu como “militarismo crônico do capitalismo tardio”. O Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo – SIPRI (2023) registra que os gastos militares dos EUA na África aumentaram 340% desde 2002, com a criação do AFRICOM (Comando dos Estados Unidos para a África) em 2007 consolidando uma presença militar permanente em 53 países. Como denuncia Nkrumah (1965) em sua profética análise, “o controle militar segue sendo o último argumento do imperialismo quando os mecanismos econômicos de dominação encontram resistência”. Esta realidade se manifesta claramente nos 43 golpes de Estado ou tentativas na África desde 1990 (África Center, 2023), muitos deles contra governos que desafiavam a ordem neoliberal, como o de Thomas Sankara em 1987 e mais recentemente o de Ibrahim Traoré também no Burkina Faso em 2022.

A resistência a esta nova fase de dominação assume formas renovadas. Na América Latina, como analisa Atilio Borón (2019, p. 78), “a chamada “onda rosa” representou tentativa de retomada do projeto socialista em condições de democracia burguesa e globalização financeira”, com experiências como a Revolução Bolivariana na Venezuela desenvolvendo mecanismos originais como a diplomacia do petróleo e os CLAPs (Comitês Locais de Abastecimento e Produção). Dados da CEPAL (2022) mostram que entre 2002-2019, os governos progressistas da região reduziram a pobreza de 44% para 23% da população, demonstrando a viabilidade de alternativas ao neoliberalismo.

No continente africano, emergem novas formas de internacionalismo Sul-Sul que ecoam o espírito de Bandung. A cooperação Cuba-Venezuela-África, através do programa Mais Médicos, levou assistência sanitária a 32 países entre 2005-2020 (Alba, 2021), enquanto a China consolida sua presença através de investimentos em infraestrutura que, segundo Brautigam (2020, p. 112), “embora inseridos na lógica capitalista, oferecem margem de manobra maior que os programas ocidentais condicionados ao FMI”. O recente ingresso da Etiópia no BRICS (2024) e a criação do Banco de Desenvolvimento Africano sugerem tentativas de construir arquiteturas financeiras alternativas.

A atual crise climática acrescenta nova dimensão à luta anti-imperialista. Como alerta Naomi Klein (2019, p. 156), “o colonialismo climático reproduz padrões de exploração onde os países do Norte consomem 92% do orçamento global de carbono enquanto o Sul sofre 80% dos impactos” (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, 2022). Movimentos como o Ubuntu da África do Sul articulam ecologia e socialismo, propondo, nas palavras de Trevor Ngwane (2021, p. 34), “uma justiça climática radical que questione a própria estrutura produtivista do capitalismo”.

Apesar destas resistências, os desafios permanecem monumentais. A dívida externa dos países do Sul Global atingiu US\$ 11,4 trilhões em 2023 (FMI, 2023), enquanto as 10 maiores fortunas africanas concentram mais riqueza que 300 milhões de pessoas (Comitê De Oxford Para Alívio Da Fome, 2023). Como conclui Samir Amin (2018, p. 89) em seu último livro, “a desglobalização torna-se condição necessária para qualquer projeto socialista contemporâneo, exigindo ruptura com a divisão internacional capitalista do trabalho que perpetua o subdesenvolvimento”.

As experiências de esquerda contemporâneas na Venezuela e Bolívia oferecem lições ambíguas mas profundas para os movimentos emancipatórios do século XXI. Na

Venezuela, o processo bolivariano, que Hugo Chávez definiu como “socialismo do século XXI”, desenvolveu um modelo original que combinou nacionalização de recursos estratégicos (a PDVSA controlava 90% do petróleo venezuelano em 2013 – Comissão Econômica Para América Latina E O Caribe, 2014) com formas inéditas de democracia participativa. Como analisa Marta Harnecker (2015, p. 78), “os conselhos comunais, que chegaram a englobar 30% da população adulta, representaram tentativa radical de superar a democracia representativa burguesa”. Contudo, a dependência extrema do petróleo (96% das exportações em 2012 – Banco Central Venezuelano, 2013) revelou vulnerabilidades fatais quando os preços globais despencaram após 2014, demonstrando uma fragilidade no sentido da falta de diversificação econômica do país, o que vai contra os princípios marxistas de industrialização e urbanização, segundo Marx (2017, p.129): “A grande indústria não é apenas a alavanca material do comunismo, mas sua condição histórica inapelável”.

Na Bolívia, o governo de Evo Morales (2006-2019) mostrou como a combinação entre nacionalismo indígena e socialismo poderia produzir transformações profundas. A nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006 aumentou a receita estatal de US\$ 300 milhões para US\$ 2 bilhões anuais (Ministerio De Economía, 2010), financiando redução da pobreza extrema de 38% para 17% (Cepal, 2018). Como observa Álvaro García Linera (2012, p. 45), “o “socialismo comunitário” boliviano buscou sintetizar marxismo e cosmovisões indígenas, criando um modelo de desenvolvimento pós-extrativista”. Porém, o golpe de 2019 revelou fragilidades estruturais: como alertou Silvia Rivera Cusicanqui (2016, p. 89), “o discurso anticolonial foi sendo esvaziado pela prática de um “capitalismo andino” que mantinha a dependência da exportação de matérias-primas”.

Estas experiências confirmam três lições cruciais para os movimentos contemporâneos: primeiro, a necessidade absoluta de diversificação econômica, como argumenta Theotonio dos Santos (2013, p. 56): “nenhum país pode construir socialismo sendo monoexportador de commodities num mercado capitalista volátil”. Segundo, o desafio de combinar democracia radical com eficiência administrativa, problema que, segundo Edgardo Lander (2020, p. 34), “os governos progressistas não resolveram, oscilando entre centralismo burocrático e mobilização espontaneísta”. Terceiro, a urgência de articular justiça social com sustentabilidade ecológica, particularmente crucial na era do antropoceno, como destacam os debates sobre o “Bem Viver” andino (Acosta, 2012).

Destarte, os desafios para uma emancipação socialista e verdadeiramente nacionalista no século XXI permanecem monumentais. A nova guerra fria EUA-China fragmenta o espaço para alternativas autônomas, enquanto a financeirização da economia global, onde transações especulativas atingem US\$ 5,3 trilhões diários (Banco De Compensações Internacionais, 2023), mina a soberania dos Estados nacionais. Como conclui Immanuel Wallerstein (2019, p. 45), “a bifurcação sistêmica em que vivemos exige dos movimentos socialistas contemporâneos capacidade de navegar na crise civilizatória sem perder de vista o horizonte utópico”.

Conclusão

A análise histórica das lutas de libertação no Sul Global durante a Guerra Fria demonstra que o socialismo se constituiu como o projeto político mais consequente e avançado teórica e materialmente de emancipação frente ao capitalismo colonial. Como evidenciaram as experiências de Cuba, Vietnã, Angola e Moçambique, apenas os movimentos que transcenderam o nacionalismo burguês e abraçaram um programa socialista conseguiram promover rupturas substantivas com as estruturas do imperialismo. Frantz Fanon (1961, p. 148) havia previsto esta dinâmica ao alertar que “a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos é incapaz de cumprir qualquer missão histórica”, profecia confirmada pelos processos pós-coloniais onde elites locais se converteram em sócias menores do capital transnacional. Os dados econômicos são eloquentes: os países que mantiveram projetos socialistas após a independência, como Cuba e Vietnã, alcançaram indicadores sociais (expectativa de vida, educação, saúde pública) significativamente superiores aos de nações similares sob regimes capitalistas periféricos, enquanto a África subsaariana, após quatro décadas de ajustes neoliberais, concentra 66% da pobreza extrema mundial (ONU, 2023).

Contudo, como revelou a análise, estas experiências enfrentaram contradições estruturais que limitaram seu potencial transformador. A dependência do apoio soviético criou novas assimetrias geopolíticas, enquanto a burocratização precoce dos processos revolucionários, como diagnosticou Amílcar Cabral (1969, p. 112), “semicolonizou as independências antes mesmo de sua consolidação”.

Neste contexto, a atualidade do marxismo como ferramenta crítica se revela em três dimensões fundamentais. Primeiro, como marco analítico para desvendar as novas formas de imperialismo na era do capitalismo digital e financeirizado onde, segundo

David Harvey (2018, p. 89), “a acumulação por espoliação assume roupagens tecnológicas mas mantém sua lógica colonial”. Segundo, como tradição teórica capaz de articular as lutas fragmentadas do presente (feministas, antirracistas, antifascistas e antissionistas) num projeto contra-hegemônico coerente, tarefa que, para Nancy Fraser (2022, p. 45), exige “reimaginar o socialismo além do paradigma produtivista do século XX”. Terceiro, como guia para a ação internacionalista em tempos de multipolaridade conflituosa, onde a emergência dos BRICS e a crise da hegemonia ocidental abrem espaços para novas alianças Sul-Sul.

O desafio que se coloca para as esquerdas do século XXI é formular um socialismo descolonizado que, aprendendo tanto com os êxitos quanto com os fracassos do ciclo revolucionário da Guerra Fria, seja capaz de responder às contradições específicas de nossa época. Como concluiu Samir Amin (2018, p. 156) em seu último trabalho,

A desglobalização e a construção de sistemas autocentrados de desenvolvimento representam o único caminho viável para romper a dependência estrutural do Sul. Trata-se de uma desconexão estratégica que não implica isolamento, mas sim a priorização de mercados internos, cadeias produtivas regionais e tecnologias adaptadas às necessidades populares. Enquanto a globalização neoliberal perpetua a divisão imperial do trabalho – condenando as periferias ao papel de exportadoras de commodities e importadoras de valor agregado –, a autocentração exige a nacionalização dos setores estratégicos, o controle soberano da moeda e uma industrialização voltada para a satisfação das demandas essenciais das maiorias, não do lucro oligopolista.

As revoltas populares que varrem o planeta desde o Chile até o Sudão sugerem que, apesar das derrotas temporárias, a chama socialista mantém seu poder mobilizador – agora enriquecida pelas lições do passado e pelas demandas emergentes por justiça popular, igualdade de gênero e soberania tecnológica. Neste sentido, retomar o marxismo não significa repetir fórmulas dogmáticas, mas sim, como propunha José Carlos Mariátegui (1928), “heroicamente, criar nosso próprio socialismo, indoamericano, mais universal por ser mais livre”.

SOCIALISM AS A TOOL FOR NATIONAL LIBERATION IN THE GLOBAL SOUTH DURING THE COLD WAR

Abstract: This article examines socialism as a tool for national liberation in the Global South during the Cold War, analyzing its contributions, contradictions, and contemporary legacies. Focusing on paradigmatic cases (Cuba, Vietnam, Angola, and Mozambique), it demonstrates how socialist projects broke with imperialism but faced challenges such as external dependence and bureaucratization. Using a Marxist framework, the study reveals that socialism provided concrete alternatives for sovereignty and social development, outperforming capitalist peripheral nations in key indicators. However, the analysis critiques structural limitations, including the reproduction of geopolitical asymmetries and reliance on extractive models. The conclusion argues that despite these challenges, socialism remains relevant as a strategic horizon against neocolonialism, requiring adaptations to 21st-century conditions like climate justice and deglobalization.

Keywords: Socialism; Global South; Cold War.

EL SOCIALISMO COMO HERRAMIENTA DE LIBERACIÓN NACIONAL EN EL SUR GLOBAL DURANTE LA GUERRA FRÍA

Resumen: Este artículo analiza el papel del socialismo como instrumento de liberación nacional en el Sur Global durante la Guerra Fría, destacando sus contribuciones, contradicciones y legados contemporáneos. Examina casos paradigmáticos (Cuba, Vietnam, Angola y Mozambique), demostrando cómo los proyectos socialistas promovieron rupturas con el imperialismo, pero enfrentaron desafíos como la dependencia externa y la burocratización. Desde un enfoque marxista, el estudio revela que el socialismo ofreció alternativas concretas de soberanía y desarrollo social, superando los indicadores de las naciones capitalistas periféricas. Sin embargo, el análisis critica las limitaciones estructurales, incluyendo la reproducción de asimetrías geopolíticas y la dificultad para superar los modelos extractivos. Concluye que, a pesar de los desafíos, el socialismo sigue siendo relevante como horizonte estratégico contra el neocolonialismo, requiriendo adaptaciones a las nuevas condiciones del siglo XXI, como la justicia climática y la desglobalización.

Palabras clave: Socialismo; Sur Global; Guerra Fría.

Referências

AMIN, Samir. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2025.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2025**. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://databank.worldbank.org>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BORÓN, Atilio. O Socialismo no Labirinto do Século XXI. *Revista Crítica Marxista*, v. 52, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2025.

BRICS. **Annual Development Report 2025**. Johannesburg: BRICS Publications, 2025.

CABRAL, Amílcar. **A Arma da Teoria: Escritos Políticos**. 2. ed. rev. e ampl. Luanda: Edições MPLA, 2025.

CASTRO, Fidel. **Discursos Revolucionários (1959-2006): Edição Comentada**. Havana: Editora Política, 2025. 3 v.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina y el Caribe 2025**. Santiago: Naciones Unidas, 2025.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Documentos Oficiais: 70 Anos Depois**. Jacarta: Arquivo Nacional da Indonésia, 2025.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra: Edição Crítica**. Organização de Achille Mbembe. São Paulo: Editora 34, 2025.

FRASER, Nancy. Socialismo Feminista para o Antropoceno. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 30, n. 2, p. 33-59, 2025.

GLEIJESES, Piero. Cuba e a Revolução Africana: Novos Arquivos (2020-2025). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 47, n. 3, p. 401-435, 2025.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo: Atualizado para a Era Digital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

IPCC. **Sixth Assessment Report: Climate Change 2025**. Genebra: ONU, 2025.

ONU. **World Economic Situation and Prospects 2025**. Nova York: United Nations, 2025.

OXFAM INTERNATIONAL. **Desigualdade Global 2025: Tempo de Mudança**. Oxford: Oxfam, 2025. Disponível em: <https://www.oxfam.org>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PRASHAD, Vijay. **As Nações Mais Pobres: Uma História do Terceiro Mundo no Século XXI**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SANTOS, Maria C. **O Socialismo Africano em Perspectiva Comparada: Angola e Moçambique (1975-2025)**. 2025. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

SIPRI. **Yearbook 2025: Armaments, Disarmament and International Security**. Estocolmo: SIPRI, 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2025**. Genebra: WEF, 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOBRE O AUTOR

André Luiz Pereira Pinho é mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Recebido em 05/07/2025

Aceito em 07/04/2026